



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso
Especial

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

CORREIOS

Ano XVIII - nº 71
Fev/Mar 2011

Servidores
debatem os
rumos do PCCR
e chegam a um
consenso: só a
participação
maciça de todos
vai garantir a
aprovação

União,
força,
ação





- Pelo fim da violência contra as mulheres
- Pelo fim da diferença salarial entre homem e mulher
- Pela igualdade de oportunidades no trabalho e nas escolas e por mais mulheres no poder
- Por uma cidadania de verdade para todas as brasileiras



O sindicato da justiça para todas



PATRICK GROSNER*

Encarregado de registrar as obras de Athos Bulcão, entre 2007 e 2008, Patrick Grosner cruzou os limites do documental e produziu novas peças de arte. “Inspirado por tanta beleza, registrei os trabalhos de Athos e também o que estava em volta, a relação deles com a cidade”, explica o fotógrafo. “Athos Bulcão deixou cerca de 250 obras em Brasília, entre painéis, paredes, murais etc, em perfeita harmonia com a arquitetura de cada local. Tive o privilégio de visitar quase todas”, conta.

* Fotógrafo profissional, trabalha como freelancer em reportagens institucionais e sociais, bancos de imagens, fotografia publicitária e jornalismo. Foi subeditor de fotografia do jornal *O Independente*, em Portugal, onde colaborou também com várias revistas. Realizou várias exposições individuais e coletivas e faz parte do acervo permanente da *A Casa Da Luz Vermelha*, primeira galeria de fotografia fine art do Centro-Oeste.



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Clede de Oliveira Vieira

Coordenadores de Administração e Finanças

Jailton Mangueira Assis
José Oliveira Silva
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Antônio José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Eliane do Socorro Alves da Silva
José Joventino Pereira de Sousa
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Maria Angélica Portela
Orlando Noletto
Valdir Nunes Ferreira



CAPA: FOTO DE CARLOS ALVES

Coordenação editorial:
Cynthia Borges

Edição:
Usha Velasco (DRT-DF 954/99)

Reportagem:
Antônio Carlos Queiroz (ACQ)
Deniza Gurgel
Thais Assunção

Colaboradores:
TT Catalão
José Geraldo de Sousa Junior
Yuri Matsumoto Macedo
André Luis Macedo

Revisão: Ana Paula Barbosa Cusinato

Projeto gráfico e arte: Usha Velasco

Tiragem: 15.000 exemplares

Contato comercial: Julliane Dourado
Fones: (61) 8485-9959 - (61) 3037-9761

Autonomia para incluir e emancipar



ARTHUR MONTEIRO

**José Geraldo
de Sousa Junior**

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

“É pertinente à autonomia universitária exercitar ampla liberdade para a criação de cursos e contribuir para a inclusão social de grupos vulneráveis. E ao Judiciário cabe, sim, fortalecer a execução de políticas públicas que busquem reduzir desigualdades sociais”

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Doo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

Em artigo nesta revista (nº 63), discorri sobre o tema das turmas especiais em cursos superiores – no caso, curso de Direito para assentados da reforma agrária. Esses projetos, objetos de grande interesse pela novidade e potencial de inclusão social para segmentos historicamente alijados da educação superior, receberam fortes objeções, apesar das expectativas solidárias que cercaram sua criação.

Além das críticas ideológicas dos adversários da reforma agrária, uma inesperada resistência de alguns órgãos do Ministério Público, tanto estaduais quanto federal, trouxe à baila uma restrição de peso: a alegação de violação ao princípio da isonomia. O MPF em Goiás, por meio de ação protocolada em junho de 2009, chegou a obter sentença declarando ilegal o convênio entre o Incra e a Universidade Federal de Goiás, e a consequente extinção da turma especial de Direito para assentados e filhos de pequenos agricultores. A universidade e o Incra recorreram e aguardam julgamento no Tribunal Regional Federal.

Agora, importante decisão acaba de ser prolatada em acórdão unânime, da lavra do ministro Herman Benjamin, apreciando apelo da Universidade Federal de Pelotas e do Incra contra o Ministério Público Federal, para reconhecer que é pertinente à autonomia universitária exercitar a mais ampla liberdade para a criação de cursos, inclusive por meio de convênios, e contribuir para a inclusão social de grupos vulneráveis.

O acórdão fixa o entendimento de que a questão diz respeito ao controle social de políticas públicas, ao sentido e extensão da autonomia universitária e à legalidade de políticas educacionais afirmativas, com o objetivo de superar desigualdades sociais.

Para o relator, “a autonomia universitária é uma das conquistas (...) da sociedade contemporânea e, por isso, deve ser prestigiada pelo Judiciário”. De acordo com ele, da “universidade se espera não só que ofereça educação escolar convencional, mas também que contribua para o avanço científico-tecnológico do País e seja partícipe do esforço nacional de eliminação ou mitigação das desigualdades”.

Rejeitando o uso rasteiro do princípio da isonomia e sua apropriação meramente retórica, que tendem a esvaziar seu alcance, o ministro Benjamin lembra que “políticas afirmativas, quando endereçadas a combater genuínas situações fáticas incompatíveis com os fundamentos e princípios do Estado Social, ou a estes dar consistência e eficácia, em nada lembram privilégios, nem com eles se confundem, pois em vez de funcionarem por exclusão de sujeitos de direitos, estampam nos seus objetivos e método a marca da valorização da inclusão, sobretudo daqueles aos quais se negam os benefícios mais elementares do patrimônio material e intelectual da Nação”.

Trata-se de uma decisão paradigmática, que recupera para o Judiciário a função concretizadora dos princípios e valores da Constituição, para que não se tornem promessas vazias. Pontua o ministro: “Sob o nome e invocação do princípio da igualdade, praticam-se ou justificam-se algumas das piores discriminações, ao transformá-lo em biombo retórico e elegante para enevoar ou disfarçar comportamentos e práticas que negam aos sujeitos vulneráveis direitos básicos outorgados a todos pela Constituição e pelas leis. Em verdade, dessa fonte não jorra o princípio da igualdade, mas uma certa contra-igualdade, que nada tem de nobre, pois referenda, pela omissão que prega e espera de administradores e juizes, a perpetuação de vantagens pessoais, originadas de atributos individuais, hereditários ou de casta, associados à riqueza, conhecimento, origem, raça, religião, estado, profissão ou filiação partidária.”

A decisão fortalece o entendimento de que a autonomia universitária pode e deve contribuir para incluir e para emancipar, pois essa é a verdadeira função da universidade. Convênios como esses visam realizar os princípios da igualdade de condições de ensino, do pluralismo de idéias, do respeito à liberdade, do apreço à tolerância, da gestão democrática do ensino e da vinculação entre educação, trabalho e práticas sociais. E ao Judiciário cabe, sim, fortalecer a execução de políticas públicas que busquem reduzir desigualdades sociais nas cidades e no campo.



CARLOS ALVES

O ex-coordenador fala à categoria: sindicalismo cidadão

“As mudanças surgem para nos deixar ainda mais combativos. O trabalho de Policarpo no Sindjus será sempre fonte de inspiração. E sua ida à Câmara dos Deputados abre uma frente importante em nossa batalha”

AO LEITOR

Como fica o Sindjus sem o Policarpo?



CARLOS ALVES

Berilo Leão
Coordenador-geral do Sindjus

Depois de uma década de dedicação plena ao Sindjus, Roberto Policarpo, com a mesma lisura que marca sua trajetória, afasta-se de seu mandato de coordenador-geral, conforme determina o estatuto de nossa entidade, com o objetivo maior de ampliar os horizontes

da nossa luta. Ao longo desse tempo como diretor sindical, Policarpo trouxe inúmeras conquistas aos servidores do Judiciário e do MPU e se tornou uma liderança reconhecida e respeitada nacionalmente.

É difícil dissociar qualquer uma das lutas ocorridas no âmbito da nossa categoria nos últimos dez anos do nome de Policarpo. Ele contribuiu não somente para conquistas pontuais, como reajustes e validação dos nossos direitos, mas para a melhoria da prestação jurisdicional e para a modernização do sindicalismo. Obstinado pela valorização permanente dos servidores públicos, empenhou-se na busca por

mecanismos e instrumentos que possibilitassem a profissionalização dos trabalhadores, das instituições e das entidades.

Tido com um grande articulador, Policarpo soube mobilizar a categoria sempre que necessário, liderando greves históricas, e ocupar espaços estratégicos, costurando assim acordos que possibilitaram vitórias como a aprovação dos PCSs do Judiciário e do MPU. Travou uma forte batalha contra o nepotismo dentro do Judiciário, pela abertura de mais concursos públicos e pelo pagamento dos passivos. Tornou realidade a reestruturação do TJ, a implantação da licença-maternidade de seis meses nos tribunais e no MPU e a retomada do Clube do Servidor .

Uma das principais marcas da passagem de Policarpo pelo Sindjus foi a construção de um sindicalismo cidadão. Lutou muito para que os servidores assumissem seu papel de protagonistas junto à sociedade, levando conhecimento, solidariedade e cidadania para um universo de pessoas. Criou e participou de muitas campanhas resgatando o caráter humano das lutas por melhores condições de trabalho. Pensando no todo, exigiu respeito ao trato e à imagem dos servidores, muitas vezes alvejados por setores da mídia e do governo.

Agora, com a saída de Policarpo para

assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, surge a pergunta: quem ocupará seu lugar no Sindjus? Embora fizesse parte de uma diretoria coletiva, ele se projetou como o porta-voz do sindicato. Sem dúvida alguma, fará muita falta no dia a dia do sindicato. Porém, como a nossa jornada não pode parar um minuto sequer, no dia 4 de fevereiro a Diretoria se reuniu para começar a construir o nome que assumirá a tarefa de responder pelo Sindjus frente às administrações e poderes. Acreditamos que essa pessoa surgirá naturalmente e que estará respaldada por um grupo dedicado.

Tenho certeza de que essas mudanças surgem para nos deixar ainda mais combativos. Afinal, o trabalho de Policarpo à frente do Sindjus será sempre fonte de inspiração para os que ficam e os que virão. E sua ida à Câmara dos Deputados abre uma frente importante em nossa batalha pela aprovação do PCCR e de outros projetos que reflitam em avanços para a nossa caminhada.

Como amigo e companheiro, desejo boa sorte ao novo desafio de Policarpo e peço a colaboração de cada servidor nos próximos passos da nossa jornada para continuarmos fazendo do Sindjus um sindicato forte, atuante e vitorioso.

Com o bloco na rua

Debates acalorados no Judiciário e MPU marcam o início de 2011. Diretores do Sindjus visitam todos os locais de trabalho e servidores voltam a se mobilizar pela aprovação do reajuste

Um final de ano conturbado, com a quebra da promessa de aprovação do PCCR, e um começo de governo com arrocho financeiro. Esse panorama mexeu com o moral da categoria. Por isso, os diretores do Sindjus iniciaram 2011 com visitas a todos os locais de trabalho do Judiciário e do MPU, de sala em sala. Desde 2 de fevereiro, em Taguatinga, até 14 de março, no STF, todos tiveram oportunidade de debater. E a conclusão foi a mesma: o reajuste pode sair este ano, sim. Mas só se todos participarem, para que a categoria mostre a sua força.

"A visita me animou. Depois do corte no orçamento, ficamos psicologicamente enfraquecidos. Precisávamos de algo que motivasse a ir à luta", disse Geuzilene da Silva, técnica do Fórum do Gama. Marta Aparecida dos Santos, técnica do MPDFT no Leal Fagundes, concorda: "A conversa com os diretores foi esclarecedora e necessária, principalmente para o caso de fazermos greve", afirmou.

A palavra greve, aliás, não sai da cabeça dos servidores. Eles estão dispostos a garantir a valorização profissional. "Vamos lutar pelo reajuste e fazer greve se for preciso", ressaltou Dário Matheus de Oliveira, técnico do Fórum Leal Fagundes. "É preciso pressão. Precisamos cobrar o apoio do ministro Peluso. E temos que participar das ações do sindicato", disse Alexandre Alves de

Oliveira, analista do Leal Fagundes.

Os servidores do MPDFT querem a participação do procurador-geral nas negociações. "O comportamento do Gurgel mostra uma desvalorização da categoria", alerta a técnica Patrícia Moisés. "Ele deveria ser nosso representante. Infelizmente, parece que só podemos esperar alguma coisa do Peluso. Então, pressão nele", disse a analista Débora Sales.

Plácido Bartolomeu Sobrinho, técnico da Promotoria de Justiça de Planaltina, incentiva os colegas a não desistir, apesar das dificuldades: "Tenho 24 anos de MPU e posso dizer que o que temos não foi dado pelo governo, foi conquistado por nós com muita batalha. A força está com o servidor. Já fizemos grandes movimentos e vamos aprovar nosso plano."

Um aliado no Congresso

Passado o susto com o corte no orçamento, os servidores se uniram em torno do reajuste. Chegou-se a temer um veto à autorização de verbas para o PCCR, asseguradas dezembro. "Essa tentativa de veto foi derrotada pelo Policarpo, agora deputado, e isso serviu de estímulo à nossa mobilização", disse o diretor do Sindjus Jailton Assis em debate com servidores do Fórum Leal Fagundes, no dia 11/2.

Os jornais especularam sobre o cancelamento de qualquer reajuste a servido-



Protesto na Esplanada: insatisfação é geral

FERNANDA SILVA

res, mas, segundo Policarpo, os cortes no Judiciário e MPU devem incidir apenas sobre a área de custeio. Ele garantiu que vai ficar atento para que a área de pessoal não seja prejudicada: "Esse corte atinge principalmente o Executivo. Não há razão para Judiciário e MPU barrar nomeações e suspender concursos. Aconselho aos concursandos a continuar estudando. E os que aguardam nomeação devem ficar atentos. Vamos pressionar para que as administrações prossigam com seus calendários."



Marcha dos servidores federais ocupa Esplanada

Os servidores de todo o país ocuparam a Esplanada no dia 16 de fevereiro, no lançamento da campanha salarial unificada, com apoio do Sindjus. “É um momento importante onde levantamos questões como o PLP 549/09, a convenção 151 e o direito de greve. A participação dos servidores do Judiciário e do MPU mostra que a categoria está atendendo ao chamado do sindicato e reforçando a luta”, afirmou o coordenador-geral Berilo Leão.

A marcha começou na Catedral, parou para um ato no Congresso e terminou no Ministério do Planejamento, onde fez pressão por uma audiência com a ministra Miriam Belchior. Os servidores cobraram o cumprimento dos acordos firmados com o governo – entre eles a aprovação dos PLs 6613 e 6697 –, a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, a definição de data-base em 1º de maio e uma política salarial permanente com reposição

inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.

Os manifestantes exigiram a retirada dos projetos de lei, medidas provisórias e decretos que prejudicam a categoria, como o PLP 549/09, o PL 248/98, o PL 92/07 e a MP 520/10. Protestaram também contra as reformas que tiram direitos dos trabalhadores e pediram a regulamentação da negociação coletiva no setor público, com direito de greve irrestrito.

Arrocho desnecessário

Já passou da hora de mudar os rumos da política econômica e trocar a tradicional elevação dos juros por medidas que brequem a inflação mantendo o crescimento, sem sacrificar trabalhadores e servidores

Antônio Carlos Queiroz (ACQ)

Do ponto de vista dos trabalhadores, o governo Dilma começou mal. A queda de braço com as centrais sindicais em torno do ajuste do salário mínimo e da correção da tabela do imposto de renda em 6,47%, por um lado, e o aumento da taxa básica de juros junto com os cortes de R\$ 50 bilhões do orçamento federal, por outro, demonstram que prevalece um viés francamente monetarista na área econômica do governo.

No debate sobre o salário mínimo, as autoridades econômicas voltaram a levantar o velho e surrado argumento, nunca provado, de que maiores ganhos

aos trabalhadores provocam inflação e estouram as contas da Previdência Social. O ponto de divergência parece pequeno, mas tem significado político relevante. As centrais sindicais exigem um mínimo de R\$ 580,00, enquanto o go-

verno se dispõe a conceder R\$ 545,00.

O governo argumenta que o valor mantém o acordo firmado durante o governo Lula, segundo o qual o reajuste é a soma da inflação do ano anterior mais um ganho igual ao crescimento da economia nos últimos dois anos. Como o Produto Interno Bruto de 2009 recuou 0,2% em 2009, as centrais consideram que o governo deveria dar uma compensação, sinalizando estar disposto a manter uma política ativa de valorização dos salários. Segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário míni-

No Brasil, os servidores públicos representam

11%

da população. Nos Estados Unidos eles são 16,5%, na Europa,

25%

e nos países escandinavos,

40%



VALTER CAMPANATO / ABR



ANTONIO CRUZ / ABR

Para Márcio Pochmann, falar em “peso do funcionalismo” demonstra uma “visão primitiva de quem não conhece bem o país e outros países”



“É preciso combater a inflação porque ela atinge, em primeiro lugar, o bolso dos trabalhadores. Mas esse combate não pode se dar às custas dos próprios trabalhadores, por meio de medidas que desaceleram as atividades econômicas, impedem a geração de empregos e dificultam ganhos reais de salários”

mo previsto na Constituição deveria valer, em janeiro, R\$ 2.194,76.

Além dessa polêmica, um susto imediato foi provocado pelo anúncio de que, junto com os cortes do orçamento, está barrada a contratação de 36.616 novos servidores públicos concursados. Desse total, 8.277 seriam contratados pelo Judiciário e 721 pelo Ministério Público da União. Mas o deputado federal e ex-coordenador do Sindjus, Roberto Policarpo, que se comprometeu a ser a voz da categoria

no Congresso, acredita que o corte atingirá principalmente o Executivo: “Não há razão para barrar nomeações no Judiciário e MPU”, disse.

Jogar nas costas do funcionalismo público parte do preço do ajuste macroeconômico não faz parte de qualquer política que se quer progressista e que pretenda fortalecer o Estado em favor dos interesses populares. Em recente entrevista concedida ao jornal Brasil Econômico, eis o que disse o presidente do Instituto de Pes-

quisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, ao responder se “o peso do funcionalismo prejudica o investimento”: “Essa é uma visão primitiva de quem não conhece bem o país e outros países. O Brasil não tem muitos funcionários públicos. Temos 11% da população que são ocupados em serviços públicos; nos Estados Unidos, 16,5%. Na Europa, 25%. Nos países escandinavos, que são competitivos, 40% da força de trabalho é de funcionários públicos.”

Novos rumos para o debate

A Nota Técnica nº 94 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), publicada em janeiro, questiona o atual modelo econômico, centrado na geração de superávits primários, basicamente para pagar os juros da dívida pública. O título do documento é *Inflação e juros: é necessário mudar o rumo do debate*.

Mas por que o rumo desse debate? Porque, segundo os analistas do Dieese, a elevação da taxa básica de juros (Selic) continua sendo a terapia oficial para combater a inflação, e essa terapia contraria os interesses da classe trabalhadora. Primeiro, por impedir a aceleração do crescimento econômico e, segundo, por beneficiar apenas a pequena parcela da população que vive no topo da pirâmide social, vivendo de rendas.

Juros mais altos trazem impactos negativos sobre o crescimento econômico, a geração de empregos e as negociações coletivas dos trabalhadores. Mas há outros efeitos, igualmente perversos: a elevação da dívida pública atrelada à taxa Selic; o arrocho do orçamento público, com o corte de gastos, como acaba de ser anunciado; o aumento de impostos para garantir superávits nas contas públicas; a valorização do real, que barateia as importações e encarece

as exportações, ampliando o risco da exportação de empregos; e, ainda relacionado com a valorização da moeda nacional, a ampliação dos gastos de turistas brasileiros no exterior.

É claro que ninguém defende a ideia ingênua de que a inflação é um



Efeito perverso: arrocho decepcionou os setores que apostam no crescimento da economia como condição para reduzir a miséria

problema menor. Os trabalhadores, principalmente aqueles que vivem do bolso para a boca, são justamente os primeiros a serem afetados pela elevação do custo de vida. O que se questiona é o método que o governo continua utilizando para combater a inflação, que resulta no desaquecimento econômico, e que impede, por isso, aumentos reais de salários e outras conquistas dos trabalhadores.

Como registra a nota técnica, desde 1999, o governo, através do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu um regime de metas para a inflação. A cada ano o CMN define as metas para os anos seguintes, fixando um centro e um intervalo superior e outro inferior. Nos últimos sete anos, a taxa de inflação sempre ficou próximo do centro, de 4,5% ao ano, fixado para o período 2005–2012.

Quem define a taxa básica de juros (Selic) é o Conselho de Política Monetária (Copom), cujas decisões são

pautadas por um dogma: o ritmo de crescimento econômico nunca pode ser superado pela inflação. Em termos técnicos, o Dieese diz que esse mantra define que o ritmo do crescimento econômico não pode superar o crescimento do “produto potencial”, que indica uma taxa de crescimento que não leve a inflação acima da meta. Quando o risco disso acontecer dá sinais, invariavelmente o Copom tem ampliado a taxa de juros. Foi o que aconteceu, de novo, no dia 19 de janeiro, quando o órgão elevou a taxa Selic de meio ponto para 11,25% ao ano.

A decisão indica um novo ciclo de arrocho monetário, que deverá ser estendido por todo o ano. E é claro que decepcionou o movimento sindical e os setores que apostam no crescimento da economia como condição para reduzir a miséria, pelos efeitos negativos que a medida imporá aos interesses dos trabalhadores.

A justificativa do Copom foi que

Nos últimos sete anos a inflação dentro da meta de

4,5%.

A justificativa para aumentar os juros foi elevação do IPCA para

5,91%



ARTHUR MONTEIRO

“ O Dieese propõe uma nova terapia para o combate da inflação que, em vez de elevação dos juros, crie mecanismos para valorizar a poupança nacional e assegurar o crescimento econômico com distribuição de renda e diminuição da desigualdade social. ”

a taxa da inflação havia escapado do centro da meta de 4,5%, levando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a fechar o ano de 2010 em 5,91%. A expectativa de alguns economistas é que este ano a taxa deve alcançar 5,42%, ainda dentro do intervalo superior de dois pontos percentuais.

Medidas complementares apelidadas de “macroprudenciais” foram anunciadas pelo Copom, como a elevação do recolhimento compulsório dos bancos e da restrição de créditos para o consumo. Na verdade, essas medidas já haviam sido tomadas no final do ano passado, correspondendo, na prática, a um aumento da taxa Selic da ordem de um ponto percentual, segundo cálculo do jornal Valor Econômico. Juros mais altos e créditos menores significam menos investimento e menos crescimento econômico, e, em consequência, menos empregos e menos ganhos reais de salário.

Sim, há alternativas

Existem saídas alternativas para o combate à inflação, que preservem o crescimento econômico? Em sua nota, o Dieese demonstra que sim. Para vê-las é preciso estudar direito as causas da inflação brasileira. Algumas dessas causas, segundo o Dieese, têm a ver com a maior integração do país à economia mundial globalizada, que resultaram em expressivo aumento das trocas comerciais, dos investimentos produtivos diretos, dos investimentos em carteira (títulos e ações), das remessas de lucros e dividendos, do financiamento externo das empresas, da conta turismo, do pagamento de fretes e serviços etc.

Ora, “numa economia mais aberta, a elevação dos preços internacionais das *commodities* agrícolas e minerais (trigo, milho, soja, açúcar, petróleo, minério de ferro, entre outros), ocorrida em 2007/2008 e em 2010, é transmitida mais rapidamente para os preços internos. Essa inflação ‘importada’, como se pode deduzir, é mais difícil de ser combatida, exigindo uma combinação de políticas para evitar o impacto sobre a inflação doméstica. Pode-se citar, entre outras, políticas tarifárias e de abastecimento para mitigar a contaminação dos preços externos maiores na formação dos preços no país.”

Um exemplo do que diz o Dieese é a recente elevação dos preços do milho, que dispararam de um ano para cá e atingiram o maior patamar em dois anos na semana de 17 a 21 de janeiro. Segundo o Valor Econômico, a saca do produto pulou de R\$ 19,50 há um ano para R\$ 32,50 agora, um aumento de 63,5%. Entre os motivos estão atraso

na colheita, forte demanda e alta no exterior, provocada pela ampliação da demanda por parte da indústria do etanol nos Estados Unidos e pela quebra de safra na Argentina.

Outra causa da elevação da inflação verificada nos últimos meses do ano passado tem origem no aumento dos preços agrícolas *in natura*, destacando-se o forte aumento de preços das carnes e do feijão, mas também do açúcar, leite, óleo de soja e álcool. Uma medida óbvia para enfrentar o problema seria ampliar a produção desses produtos, mas o Dieese indica uma solução preliminar: a adoção de um indicador de núcleo da inflação, que “exclui os preços dos produtos agrícolas e de energia, que oscilam com mais intensidade em função de choques de oferta e movimentos especulativos”.

Esse indicador, adotado por vários países, neutralizaria a volatilidade dos preços desses produtos. O aumento do preço de um produto agrícola não costuma durar muito tempo porque atrai investimentos para a sua produção, o que contribui para a baixa num momento seguinte. Foi o que aconteceu com os preços do feijão e da carne bovina nos últimos meses, segundo o Dieese: “Depois de forte elevação, o preço começou a cair. Uma simulação usando os dados do ICV-Dieese mostra que se os preços da carne bovina e do feijão não tivessem aumentado nos meses de setembro a novembro de 2010, a inflação acumulada em doze meses não seria 6,3% (até novembro) e sim 5,3%, um ponto percentual a menos apenas em função destes dois produtos.”

Ato dos servidores do Judiciário e do MPU em 2010, no Ministério do Planejamento: salários defasados



CARLOS ALVES

O lobo e o cordeiro

Um ponto absolutamente relevante na nota do Dieese é a resposta dada aos economistas conservadores, que continuam dizendo que aumentar salários implica aumento da inflação porque isso aquece a demanda (incendiando os preços) e eleva os custos das empresas brasileiras, diminuindo a sua competitividade no mercado internacional.

Esse mantra conservador não se sustenta porque, a partir de 1985, segundo dados levantados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de São Paulo, os salários médios reais tiveram uma pequena elevação em 1986 e depois caíram fortemente até 1992. Voltaram a crescer entre 1992 e 1997, caíram novamente entre 1996 e 2003, e praticamente ficaram estáveis a partir de 2004.

Este é um fato, não uma opinião: "O nível atual do salário real (descontada a inflação, NR) encontra-se muito abaixo daquele observado em 1985" (ver gráfico). Como é que sa-

lários tão baixos podem provocar alta de inflação? Como é que o cordeiro, que fica a jusante do lobo na beira do rio, pode sujar a água do matreiro predador?

Ocorre que, com o crescimento do salário médio real, principalmente em 2010, e do salário mínimo, a velha questão voltou ao velho debate e, como sempre, de maneira enviesada. O Dieese observa, no entanto, que a contínua valorização dos salários é uma questão estratégica para o movimento sindical, e integra o projeto de desenvolvimento que as centrais apresentaram à presidenta Dilma Rousseff. "Qualquer política que busque frear esse movimento de elevação recente caminha na contramão de um projeto de desenvolvimento que tem como objetivos centrais a redução da desigualdade de renda e a elevação da participação dos salários na renda nacional. O Brasil só será desenvolvido quando melhorar a distribuição de renda e atingir níveis de participação dos

“ Qualquer política que busque frear esse movimento de elevação [de salários] caminha na contramão de um projeto de desenvolvimento que tem como objetivos centrais a redução da desigualdade de renda e a elevação da participação dos salários na renda nacional ”

(Dieese, Nota Técnica 94)

salários na renda nacional semelhantes a aqueles observados nos países com renda per capita mais alta.”

Não há dúvidas de que é preciso combater a inflação porque ela atinge, em primeiro lugar, o bolso dos trabalhadores. Mas esse combate não pode se dar às custas dos próprios trabalhadores, por meio de aumentos sistemáticos dos juros e do enxugamento do crédito, medidas que desaceleram as atividades econômicas, impedem a geração de empregos e dificultam ganhos reais de salários.

Crescimento é bom para todos

A partir de 2004, já no governo Lula, a taxa média de crescimento da economia brasileira dobrou em relação às duas décadas anteriores. Esse resultado apoiou-se no aumento do valor real do salário mínimo, nos programas de transferência de renda para as camadas mais pobres e na expansão do crédito. Nesse período, houve permanente elevação do consumo das famílias e da taxa de investimento (formação bruta de capital). Os trabalhadores lutam para que a economia continue a crescer, mas a sustentação desse movimento vai depender, em grande medida, da contínua elevação dos salários reais, do consumo e do investimento doméstico.

Sem a pretensão de aprofundar as saídas alternativas para o combate à inflação, que será fruto de um amplo debate nacional, a nota do Dieese aponta a necessidade de mudar a atual terapia monetarista, que conserva os juros reais nos patamares mais elevados do mundo e que, se for mantida, ampliará os riscos do desaquecimento econômico e da valorização do real, além da desindustrialização e da exportação de empregos.

Como mudar? Para começo de conversa, desmontando os mecanismos de fi-

nanciamento de curto prazo da dívida pública. Qualquer aumento da taxa de juros para frear a demanda não deveria atrair capital especulativo, que chega ao Brasil apenas pelas taxas estratosféricas. Por que não fazer como outros países, onde as aplicações de curto prazo nunca são tão rentáveis quanto as de longo prazo?

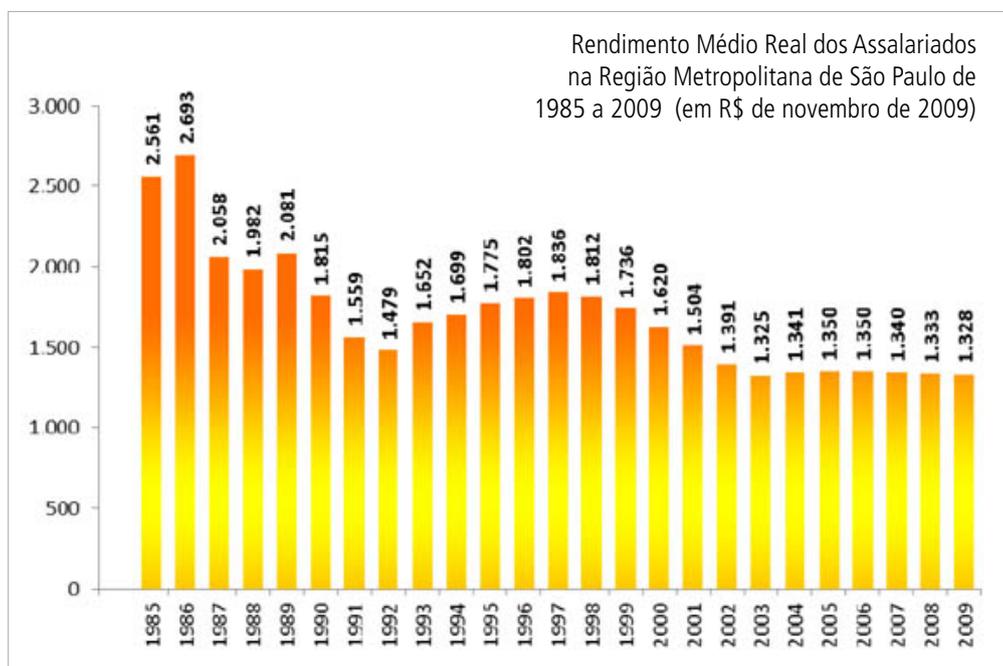
Outra medida alternativa seria a diminuição do custo do dinheiro, o que dificulta a elevação da taxa de investimento. Contra o eventual argumento de que os juros altos podem induzir a elevação da taxa de poupança se as pessoas e empresas trocarem o consumo presente pela aplicação de seus recursos excedentes no sistema financeiro, os analistas do Dieese lembram que os atuais níveis salariais e a elevada concentração da renda impedem que a maioria das famílias brasileiras tenham renda suficiente para poupar. Todos os seus ganhos são gastos em consumo.

Em contrapartida, os juros altos têm efeito negativo sobre a poupança do setor público, aumentando a dívida pública. Com evidente interesse na solvência dessa dívida, o chamado "mercado" – e os seus agentes – passa a exigir cortes dos gastos públicos, o que reduz a capaci-

de de ampliação da poupança pública, com o comprometimento dos investimentos públicos. É um círculo vicioso que precisa ser rompido, o que só poderá ser feito com a reforma do sistema financeiro, "para viabilizar uma queda substancial dos juros básicos e das demais taxas". Como? Assegurando maior rentabilidade aos aplicadores e poupadores que aceitem prazos maiores para as aplicações, ou seja, definindo regras que viabilizem a poupança de longo prazo.

Em síntese, o Dieese propõe uma nova terapia para o combate da inflação, que em vez das medidas ortodoxas de elevação dos juros, com todos os efeitos colaterais, crie mecanismos para valorizar a poupança nacional e assegurar o crescimento econômico com distribuição de renda e diminuição da desigualdade social.

Os primeiros passos do governo Dilma decepcionaram os trabalhadores porque prescreveram uma boa dose da terapia tradicional. Oxalá o movimento sindical convença o novo governo de que esse tratamento não só não resolve como agrava os problemas do país, e que por isso é preciso o quanto antes mudar o rumo da política econômica.



“ O nível atual do salário real encontra-se muito abaixo daquele observado em 1985. Como é que salários tão baixos podem provocar alta de inflação? Como é que o cordeiro, a jusante do lobo na beira do rio, pode sujar a água do matreiro predador? ”

Os próximos passos

Foram duas surpresas desagradáveis: no final do ano, a quebra do compromisso entre o governo e o STF para aprovar o PCCR. No começo de 2011, o anúncio do arrocho financeiro. E na mente dos servidores do Judiciário e do Ministério Público instalaram-se as dúvidas e preocupações. E agora? Como fica o nosso plano de carreira? O que fazer? Em campo desde o início de fevereiro com visitas dos diretores a todos os locais de trabalho, o Sindjus promoveu debates e ouviu os servidores sobre os próximos passos que a categoria deve dar.



ARTHUR MONTEIRO



FERNANDA SILVA



ARTHUR MONTEIRO



ARTHUR MONTEIRO

O corte no orçamento prejudica os servidores. Acho que agora todos devem participar das mobilizações e da greve, se ela for necessária. Já participei de duas, sempre chamo os colegas. Muitos estão descrentes, mas eu não desisto nunca e acho que só lutando e mostrando nossa força podemos garantir os nossos direitos.

Adriano Soares de Carvalho,
técnico judiciário do
TJDFT, Fórum do Paranoá

Prefiro ser otimista e esperar que o plano seja aprovado, embora o momento não seja favorável. Acho que a notícia do corte é maior que o verdadeiro corte. Os servidores devem acompanhar as decisões e se unir para aumentar a força. Se tivermos uma greve, temos que aumentar esse grito para que a união da categoria transpareça para a população e o governo.

Vinicius Oliveira,
analista do CNJ

Há dez anos sou servidora e, pela experiência, acho que temos que nos unir e fazer pressão. Caso os servidores fiquem em seus setores passivamente, não vamos conseguir nada. Falta pressão de todos os lados, tanto da categoria quanto do Peluso. Devemos fazer ações em conjunto.

Emilene Miguel Borges Silva,
técnica judiciária do
TJDFT, Fórum do Paranoá

Com o anúncio do corte do orçamento, ficamos bem decepcionados. Nossa expectativa está cada vez mais baixa. Mas acho que agora, após o período de férias, é o momento da categoria se unir e brigar pela aprovação do reajuste. Temos que fazer pressão política.

Ailton Gomes Batista,
técnico judiciário do
TJDFT, Fórum do Paranoá



Eu vou participar de todos os atos porque descobri que a união realmente faz a diferença. A gente tem que ir. Se o ditador do Egito caiu com a força popular, por que a gente não vai conseguir um aumento? Acho que o corte orçamentário foi uma decepção. Isso tira os servidores bons do quadro.

Issana Rocha,
analista do TSE



O corte me deixou extremamente preocupado. Na hora que o Judiciário pedir o reajuste, como vai ser? Eu já estava perdendo a esperança, mas agora, com a visita do sindicato, fiquei vigilante. Tradicionalmente, no Judiciário o que tem resolvido é a greve. Ela dá o impulso para o presidente do STF fazer alguma coisa no Congresso.

Eudes Ailon,
analista do TSE



Estamos decepcionados porque os outros poderes estão com os salários bem melhores do que o nosso. Isso nos deixa desestimulados. Mas mesmo com as dificuldades nós sempre temos esperanças. A classe deve se unir mais e tentar atingir os nossos objetivos por meio de greve e mobilizações fortes.

Vera Lúcia Rodrigues,
técnica administrativa da
Promotoria do Paranoá



O governo vai cortar, mas vai definir onde vai cortar. Estou no Judiciário há treze anos e não conheço um plano não tenha sido aprovado. Mas nenhum deles foi fácil, todos precisaram de muita luta. A classe poderia estar mais unida. Mas, se tivermos que fazer greve, vamos fazer, vamos criar força. É assim que funciona.

Eduardo Melo, técnico
judiciário do TRT



Esse corte não interfere em nada. Tudo é uma questão de força política. Acho que a gente deixou de ter esse aumento no ano passado por conta da falta de mobilização dos servidores. Os servidores precisam parar de querer que os outros façam as coisas por eles. Temos que lutar pelo que queremos.

Ana Carolina de Oliveira,
técnica judiciária do TSE



Entendo que o corte é uma questão de início de governo, mas vai mudar. Espero que não reflita negativamente no nosso plano. Eu acho que os servidores poderiam falar com os deputados e fazer pressão política junto com o sindicato, passeatas e atos públicos, para mostrar a insatisfação da categoria.

David Costa Miranda,
analista processual da
Promotoria do Paranoá



Fiquei preocupado, mas logo depois que anunciaram o corte eu soube que o Policarpo e outras lideranças fizeram um excelente trabalho para manter a emenda no orçamento. A categoria tem que estar pronta para realizar qualquer ato pelo nosso plano. O servidor não pode ser figurante, tem que ser personagem principal nesse momento de pressão.

Altevi da Costa,
técnico judiciário TRT



O servidor é essencial agora. Ele tem que participar das mobilizações. Se a categoria não for junto, não tem força. Tem gente mandando e-mail, tentando quebrar a confiança que o servidor tem no sindicato. Acho isso totalmente inoportuno. O Sindjus está trabalhando desde 2009 na aprovação do nosso plano e não parou, eu sou testemunha.

Mércia Alves da Silva,
técnica do TRT

Aracy, uma heroína

Centenas de pessoas devem a vida à funcionária do consulado brasileiro em Hamburgo, que se arriscava para conseguir vistos para judeus

Jovem, mãe de uma criança pequena, sozinha num país estrangeiro, vista com desconfiança por ousar se separar do marido. Foi assim que Aracy Moebius de Carvalho aportou na Alemanha, em 1934, aos 26 anos, levando pela mão o filho Eduardo, de



A bela e a fera: à frente do seu tempo, a jovem ousada causava espanto

cinco. Mais tarde ela passaria a se chamar Aracy Guimarães Rosa. E, com a fama do escritor, durante décadas seria lembrada apenas como a esposa amada a quem ele dedicou a obra-prima *Grande Sertão: Veredas*.

Foi uma injustiça que a história demorou a corrigir. Aracy foi uma heroína, mas no Brasil os seus feitos só se tornaram públicos quando ela estava perto dos cem anos de idade, completados em 2008. Inúmeras vidas foram salvas graças à sua iniciativa, passando por cima de todo tipo de risco – perder o emprego era o menor deles.

Aracy trabalhava no consulado brasileiro em Hamburgo. Com a ajuda de um amigo, conseguiu falsos atestados de residência para que judeus de outras cidades pudessem pedir vistos ali. Conseguia também passaportes sem

a marca que apontava os judeus – um J vermelho. E fazia isso sem o conhecimento dos superiores, por meio de um expediente simples: misturava os pedidos à papelada que levava para o cônsul assinar.

Com isso enviou dezenas, talvez mais de uma centena de judeus para o Brasil, contrariando frontalmente as ordens do governo de Getúlio Vargas. Em cima do muro, Vargas cortejava igualmente os dois lados, Aliados e Eixo, mas secretamente mandava barrar a entrada de judeus no país.

Como assinalou a jornalista Eliane Brum, em reportagem para a revista *Época*, “parece fácil fazer a coisa certa. Mas só é fácil para quem vê os fatos iluminados pelo julgamento da história. Aracy era uma mulher sozinha com um filho pequeno num país à beira da guerra. Suas ordens eram fechar a porta para os judeus. Anos atrás, quando lhe perguntaram por que fez o que fez, ela disse: ‘Porque era o justo’.”

Colocando em perigo a própria vida, por várias vezes ela escondeu judeus em casa. Sua personalidade forte ajudava. Certa feita deu uma bronca num policial que quis revistar seu carro – e passou pela barreira com um judeu no porta-malas. Sua coragem para fazer o que julgava correto lhe rendeu, em 1982, o título de “Justa entre as Nações”, conferido pelo Museu do Holocausto, em Jerusalém, a pessoas que se arriscaram para salvar judeus na Segunda Guerra – como Oskar Schindler,

outro dos homenageados.

Foi no consulado em Hamburgo que Aracy e João Guimarães Rosa se conheceram, em 1938. O recém-chegado cônsul adjunto tinha 30 anos. Logo se apaixonaram, mas só puderam se casar em 1942, no México e por procuração, porque os dois eram desquitados e não havia divórcio no Brasil. Eles estavam voltando ao país e aqui viveram juntos por 29 anos.

O escritor morreu de infarto no apartamento do casal, no Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1967, três dias depois de ingressar na Academia Brasileira de Letras. Aracy tocou a vida em frente. No final de 1968 escondeu em casa o compositor Geraldo Vandré, perseguido pelo regime militar. Foi seu neto mais velho que levou o artista de carro para São Paulo, de onde ele partiu para o exílio.

Aracy ainda vive, à véspera dos 103 anos, com o filho mais velho e a nora. Sua memória se foi, minada pelo alzheimer. Mas, enquanto ela se esquecia aos poucos, sua história começou a ser lembrada. Três gerações de brasileiros descendentes de judeus agradecem – devem a ela a própria existência. E os que leem sua história ganham um exemplo de solidariedade, coragem e compromisso com a vida.

Leia mais sobre Aracy e as famílias das pessoas que ela ajudou na reportagem de Eliane Brum para a revista *Época* (nº517, 16/4/2008), no site <http://revistaepoca.globo.com>

FOTOS: ACERVO FAMILIA TESS



Alemanha,
década de 30:
recém-chegada



Dresden, 1940,
com Rosa:
apaixonados



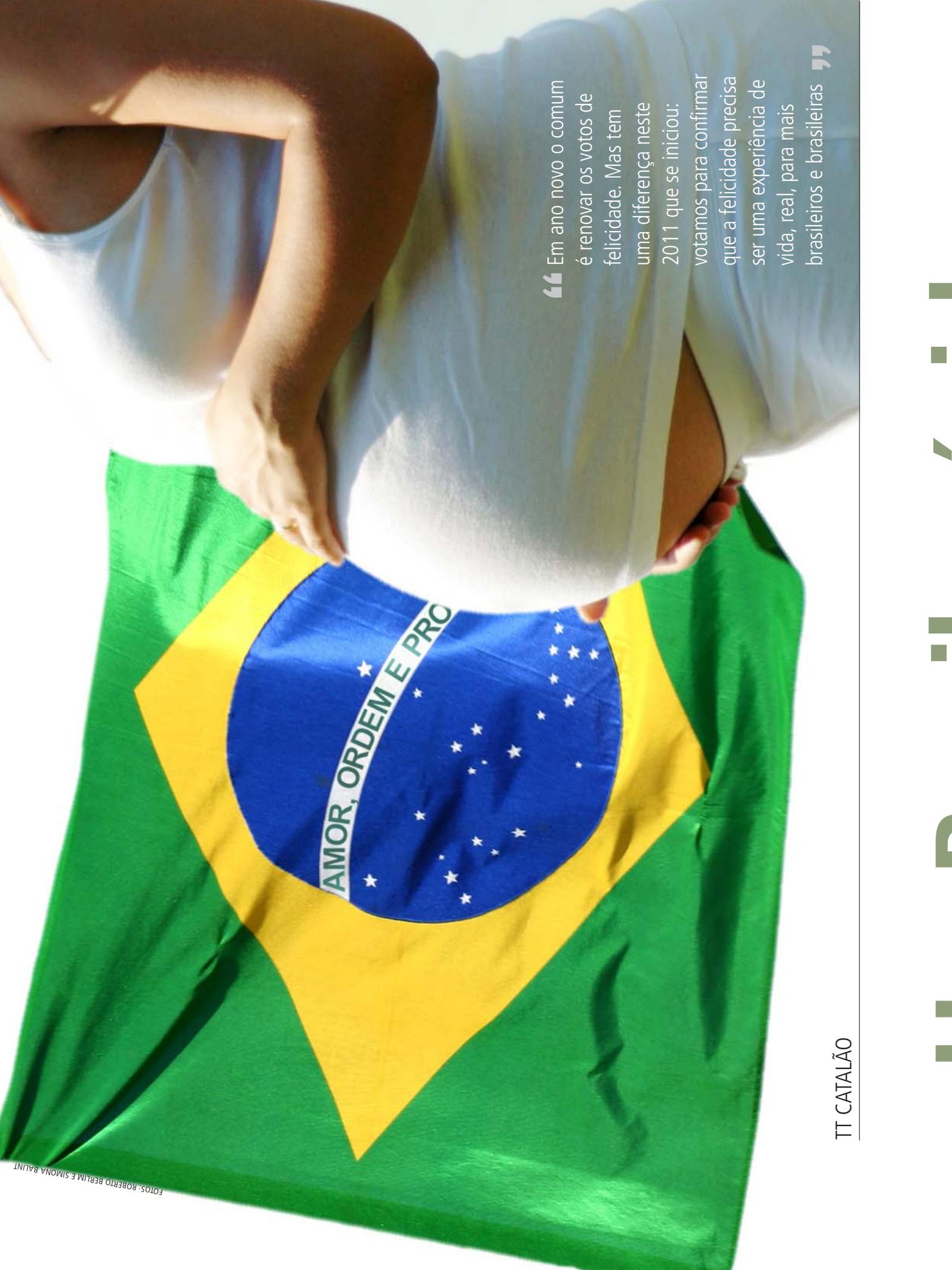
Rio de Janeiro:
Aracy, Rosa e
seus sete gatos



Homenagem em 1985:
inauguração do Bosque
Aracy, em Israel



Maduros: o casal
na embaixada
alemã, em 1961



“ Em ano novo o comum é renovar os votos de felicidade. Mas tem uma diferença neste 2011 que se iniciou: votamos para confirmar que a felicidade precisa ser uma experiência de vida, real, para mais brasileiros e brasileiras ”

TT CATALÃO

Um Brasil gravado recomeça todo ano

A mulher presidente pode nos mostrar a dádiva da vida: um país grávido para partir uma nação. Estamos sempre nesse limite de espanto e prazer quando percebemos o tanto ainda a ser feito.

Assusta e extasia a gigantesca diversidade cultural que nos faz "indefinido" como massa concreta (produto) e nos mantém sob permanente instabilidade criativa. A usina de forças artísticas em constante mutação (hoje ampliadas com uma cultura popular além do exotismo folclórico) contribui para o Brasil gravado como caldo de muitas caras, sons, imagens, formas, vozes, ideias, corpos e sotaques em processo.

Assim entramos em 2011 na continuidade de uma construção coletiva que a mulher presidente acentua: mãe das manhãs, nutriz de todas as matrizes. Assim desejamos realmente o novo e não apenas as novidades formais de um cargo. O feminino além do gênero apenas capa biológica. Brota um feminino na raiz dos que respeitam tanto a vida que, em si, possam abrigar e gerar valores que nos legitimem povo e indivíduos, pessoas e coletivo, carne e alma, arte e cultura.

Algo flagrado no comum, na relação cotidiana, na expressão simples dos que só agora podem contar suas histórias na primeira pessoa. Algo que registrei na rua, Cinelândia, Rio, sexta-feira, 2 de dezembro, no cortejo de teatro a céu aberto da Companhia Brasileira Mistérios e Novidades, com a Procissão de Todos os Santos pela Paz, parte do evento Brasilidade.

Em pleno Rio, sob o impacto das ocupações na guerra do tráfico, uma passeata de orixás e santos espetados em pernas de pau, canto e dança no melhor exorcismo da inhaca. Mais significativo o cortejo circundar o erudito Teatro Municipal para liberar as forças telúricas da cultura brasileira que, à noite, receberia a Ordem do Mérito Cultural do Ministério da Cultura pelas mãos de Lula. A festa cujo patrono foi Darcy Ribeiro se fez concreta muito antes, à tarde, na praça, com os anônimos da Cinelândia que sua ram para mostrar a origem do pensamento de Darcy nessa multiplicitade do Brasil ser singular, exatamente por ser plural!

No comando do cortejo (sem perna de pau por estar grávida) a proclamação do Brasil das diferenças na moça que portava uma bandeira "completa" como queriam os positivistas no

Amor-Ordem-Progresso. O amor por princípio, antes que apressados encarem só como retórica saudosista ou romântica, nos remete ao Brasil grávido que assume o feminino como matriz para conviver desenvolvimento na escala humana. A sensibilidade das pequenas coisas no respeito primeiro do que seria "o maior". O simbólico, o imaginário, o aparentemente frágil, a poética na política, com a imensa força transformadora da arte ativa para que a originalidade desse Brasil sempre inconcluso (pois o que está pronto está acabado) nos anime a um 2011 de novas forças libertárias onde a cultura e a educação estejam no centro de um Estado pelo bem-estar.

Um estado de espírito solidário em estado de graça com todos e todas dispostos a compartilhar, colaborar, trocar e revelar que somos soma e o sumo de tantos em um. Bem-vinda a mulher no comando. Seus poderes e valores contagiem o poder. Nada mais extraordinário que o simples compromisso por gerar a vida, manter a vida, respeitar a vida e reinventar a vida quando tentarem desrespeitá-la. Estamos ávidos por novos brasis grávidos. Revelados, antes ocultos, agora em praça pública brincando de arte na porta do Teatro: onde fica o erudito pelo não dito!

De portas

abertas

Coordenadora da BDB leva ao pé da letra sua convicção de que a comunidade "deve se apoderar dos espaços públicos como um direito"

Usha Velasco

"Se você quer que uma coisa seja feita, entregue a uma pessoa ocupada." O ditado popular é chinês, mas define bem o perfil da mineira Maria da Conceição Moreira Salles. Além de coordenar as dezenas de atividades educativas, culturais e sociais da Biblioteca Demonstrativa de Brasília (BDB), ela é diretora cultural da Associação de Ex-Alunos da UnB, joga na seleção master de vôlei de Brasília e ainda encontra tempo para fazer artesanato. "É tanta atividade que nem sei como dou conta", brinca.

À frente da BDB há quase trinta anos, Conceição conta com uma equipe mínima – "Nem me lembro quando foi o último concurso aqui", diz. Como muitos administradores públicos, enfrenta a falta de verbas com uma contínua batalha em busca de pa-

trocínio para obras, equipamentos e projetos. E não se poupa. "Pena que o Poder Executivo não paga hora extra, senão eu estaria rica", diverte-se ela, sem traços de queixa: "Se eu sou responsável, tenho que me doar."

Com simplicidade, sem afetação, Conceição explica

que o esforço é recompensado pelo prazer de servir ao próximo. "Tenho um respeito muito grande pela atividade comunitária. Lidar com gente é difícil, gera estresse, mas por outro lado gratifica muito. A cada vez que converso com as pessoas eu me empolgo mais", relata.

O retorno positivo é mais que compreensível em um lugar onde o leque de atividades inclui até leitura para bebês – um projeto chamado Aletramento Materno, que acontece uma vez por mês, aos sábados pela manhã, quando as mães leem histórias em voz alta para seus pequeninos. "As pessoas costumam confundir biblioteca pública com biblioteca escolar. Aqui não é lugar só de estudantes. Mas nós conseguimos mudar o perfil do usuário", diz Conceição.

É uma mudança de longa data, como atesta um projeto que funciona há 25 anos: o Grupo de Atualização da Mulher, com 55 participantes, a maioria donas de casa ou aposentadas. O grupo está sempre lotado e há fila de espera para se inscrever. Uma vez por semana, profissionais convidados fazem palestras sobre os temas mais diversos. Bioética, urbanismo, MPB, violência, saúde, literatura e poesia foram alguns dos assuntos abordados em 2010.

As ações de incentivo à leitura promovidas pela BDB também não se limitam aos estudantes. Uma delas, o concurso Leia Mais, premia quem mais

lê durante o ano, em três categorias: criança, jovem e adulto. Há também um prêmio para o melhor comentário de livro, nas mesmas categorias. Concursos infanto-juvenis de poesia e programas voltados para os alunos das escolas públicas incrementam as atividades oferecidas aos estudantes. Mas sempre com um olho aberto para a interação com a comunidade. É o caso do Tira-Dúvidas, um plantão de professores aposentados que ajudam os estudantes. "Além de ser ótimo para os alunos, isso também resgata profissionais que estão inativos em casa", avalia Conceição. "Começamos só com aposentados, mas agora há outros professores voluntários. Houve muita solidariedade", relata.

Na hora do almoço, todas as quintas-feiras, artistas populares ou eruditos mostram seu trabalho na Quinta Sonora, em cartaz há mais de sete anos e realizado na biblioteca com o apoio da Escola de Música de Brasília. "Nós reunimos música e informação, porque a biblioteca não é uma casa de espetáculos", ressalva Conceição. O mesmo acontece nos shows gratuitos do projeto Bibliomúsica, também realizados na BDB, uma vez por mês, de março a novembro.

A biblioteca só promove eventos pagos quando são beneficentes – como o show do violonista Hamilton de Holanda, em dezembro, que pelo nono ano consecutivo teve toda a ren-

CONHEÇA

A BDB fica na W3 sul, entre as quadras 506 e 507. Para se associar basta levar documento com foto e comprovante de residência e pagar uma taxa de inscrição optativa. Informações pelo fone 3443-9142 ou no site www.bdb.org.br

da destinada à Abrace (Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias).

Uma passada de olhos na agenda do Bibliomúsica e da Quinta Musical dá ideia da diversidade oferecida ao público: O romantismo na música de Robert Schumann; Mestre Zé do Pife e as Juvelinas; Wagner in concert; Revivendo ZiCartola; Canções e árias sacras; Crônicas da Bossa Nova; Pixinguinha; Concerto de flauta transversal; A alma feminina nas canções... Sempre com a prata da casa: "Precisamos valorizar os artistas de Brasília", afirma Conceição.

O Pró-Ler, programa da Biblioteca Nacional, o projeto Eu e Minha Escola na BDB, os saraus de contação de histórias BDB Em Contos, as Terças Literárias, o Banco do Escritor de Brasília, as exposições educativas na pequena galeria de arte e os cursos e oficinas completam o leque de atividades da biblioteca. Depois de abrir espaço para poemas e mosaicos em uma das paredes externas do prédio, Conceição quer cobrir todas elas com arte: "Vamos levar a poesia para a rua", anima-se.

Ela não para. Rindo, conta que tenta se aposentar e não consegue: "Todo ano eu entrego o cargo, mas nunca aceitam. Tudo bem, enquanto tiver prazer em trabalhar eu fico." Mineira de Belo Horizonte, veio para Brasília em 1966 com a mãe, que trabalhava na UnB. Apaixonada por livros e por arte, hesitou entre cursar arquitetura ou biblioteconomia. Optou pelos livros e viu seu trabalho fazer diferença na vida das pessoas: "Tenho um menino que todos os anos me manda um poema. Ele começou a escrever aos seis anos de idade, no nosso concurso infanto-juvenil de poesia. Hoje é promotor de justiça. É maravilhoso ver as pessoas crescer e saber que você participou mesmo da vida delas."

Maria da Conceição:
"A biblioteca não é lugar só de estudantes"

CARLOS ALVES





Yuri Matsumoto Macedo

formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Pará, pós-graduou-se em Medicina do Trabalho pela Universidade Estadual do Pará e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. Publicou o livro *Louco é quem me diz* (2005), com casos verídicos de pacientes psiquiátricos. Também é membro da ABP e APBr.



André Luis Macedo, especialista em Psiquiatria, formou-se em Medicina pela UnB e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. É psiquiatra do TJDF, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e da Associação Psiquiátrica de Brasília (APB).

Neste espaço, os psiquiatras Yuri Matsumoto Macedo e André Luis Macedo publicam mensalmente artigos sobre saúde mental. Para saber mais, acesse www.animaconsultorio.site.med.br

Ouvindo VOZES

A esquizofrenia é a síndrome psiquiátrica que mais representa a insanidade, a “loucura”. E a “loucura” sempre despertou no ser humano pelo menos dois sentimentos distintos: curiosidade e medo. Curiosos ficamos por perceber que os “loucos” não compartilham do senso comum, pensando e agindo de forma totalmente diferente dos “normais”. Por isso rimos e apelidamos de tantan, pinel ou doido de pedra todo aquele que discorda, difere, sai do padrão. E sentimos medo, principalmente medo de nos tornarmos assim, de perder o controle de nossas vidas. Daí resulta afastamento, desinformação e a grande discriminação que permeia a insanidade.

A esquizofrenia é uma doença cerebral que ocorre no mundo todo. Suas causas não são ainda completamente conhecidas. Tem um caráter genético e associa-se a desequilíbrios químicos e estruturais do cérebro. Aproximadamente 1% da população desenvolve a doença ao longo da vida. Geralmente inicia-se entre a adolescência e a vida adulta e acomete homens e mulheres na mesma proporção.

No fim do século XIX o psiquiatra Emil Kraepelin chamou a doença de “demência precoce”, porque se assemelhava à demência dos idosos, mas acometia pessoas jovens. O termo esquizofrenia (esquizo = cisão, frenia = mente) só foi utilizado em 1911, pelo psiquiatra Eugen Bleuler, para definir esse mal caracterizado pela separação entre pensamento, afeto, vontade e sentimento subjetivo da personalidade.

A esquizofrenia é uma doença crônica, tem vários subtipos e classificações e caracteriza-se pela dificuldade do portador diferenciar a realidade de suas crenças e percepções alteradas. As mudanças de comportamento costumam ser os primeiros sinais perceptíveis, porém o surto psicótico é a condição mais aguda da esquizofrenia.

O surto psicótico é um estado de alteração mental caracterizado pela manifestação mais intensa de sintomas como alucinações e

delírios. Alucinações são basicamente percepções alteradas e podem afetar os cinco sentidos. Por exemplo: ouvir algo que não foi falado ou ver algo que não apareceu. Delírios são pensamentos ou crenças falsas, como a de que alguém o está perseguindo sem que haja um perseguidor. Algumas pessoas têm somente um surto, outras têm vários. Sintomas menos evidentes, como isolamento e retraimento social, e fala ou comportamento estranhos ou desorganizados, podem estar presentes em qualquer fase da doença.

Para diagnosticar a esquizofrenia é importante descartar outras doenças físicas e mentais e abuso de certas drogas, que também podem levar ao surto psicótico. Por esse motivo, a avaliação médica é imprescindível para chegar ao correto diagnóstico.

O tratamento pode aliviar muitos sintomas, mas muitos portadores de esquizofrenia continuam a apresentar alguns deles ao longo da vida. Os medicamentos e as intervenções terapêuticas e de apoio tanto ao paciente como à sua família, quando seguidos com regularidade, podem ajudar a diminuir e controlar os sintomas que trazem tanto sofrimento. Com os modernos medicamentos, torna-se cada vez menos necessária a internação. Porém ela ainda é imprescindível diante de algumas crises agudas ou quando houver elevado risco à integridade do paciente. Atualmente as internações são as mais breves possíveis para a retirada de crise.

As medicações antipsicóticas reduzem os sintomas e geralmente permitem ao paciente funcionar melhor e mais apropriadamente. Embora sejam os melhores tratamentos até agora disponíveis, elas não “curam” a doença. Esses medicamentos reduzem o risco de episódios psicóticos futuros em portadores que se recuperaram de um episódio agudo. Mesmo com a continuidade do tratamento, algumas pessoas sofrem recaídas, mas os índices de recaída são muito maiores quando o tratamento é interrompido.



Internação

Ele entrava em surto
E o pai o levava de
carro para
a clínica
ali no Humaitá numa
tarde atravessada
de brisas e falou
(depois de meses
trancado no
fundo escuro de
sua alma)
pai,
o vento no rosto
é sonho, sabia?

Ferreira Gullar

DEPOIMENTO • “Coisas que irritam a minha cabeça”

Eu tenho atendimento todos os meses. Minha única doença é psicológica. Sinto que todo mundo fica zoando no meu ouvido, me perturbando 24 horas por dia, 24 horas ouvindo vozes. Minha psiquiatra diz que eu sou esquizofrênico e que essas coisas são da esquizofrenia. Pode até ser normal com os doentes de esquizofrenia, mas não comigo.

Infelizmente não acredito em nada do que ela me diz, ela diz que eu sou igual aos outros, mas eu vou explicar uma coisa: as pessoas, quando estão conversando perto ou longe de mim, fogem do assunto e começam a falar coisas que irritam a minha cabeça, porque essas

por sua vez são dirigidas para a minha pessoa, prova disso sou eu sentir o espírito da alma dessas pessoas se dirigindo para o meu coração, para o meu espírito, com tanta força que eu chego a ficar com raiva dessas pessoas.

E também quando essas pessoas estão conversando elas começam a imitar todos os meus pensamentos nas suas conversas, se avolumando na minha mente sem que eu tenha chance de raciocinar. Isso me tira a alegria de viver. Me respondam: quem não vai se irritar com isso, eu olhando para outras pessoas normais às vezes eu penso, e se fosse com elas?
(Isaac, 30 anos)

REVELAÇÕES

Em de 2009 o poeta Ferreira Gullar contou à revista *Época* como é ter dois filhos esquizofrênicos. Leia em revistaepoca.globo.com

ONDE BUSCAR INFORMAÇÃO

- Abre – Associação Brasileira de familiares, amigos e portadores de Esquizofrenia – www.soesq.org.br
- Fênix – Associação Pró Saúde Mental – www.fenix.org.br
- ABP – Associação Brasileira de Psiquiatria – www.abpbrasil.org.br
- *Convivendo com a esquizofrenia* – Dr. Mário Rodrigues Louzã Neto





COMO AJUDAR

O Projeto Cão-Guia e a Associação Brasiliense de Deficientes Visuais passam por dificuldades financeiras e qualquer contribuição é bem-vinda. Para ajudar, ligue para Michele Boptker (Cão-Guia), 9309-0100, e Justino Bastos (ABDV), 8529-0277.

Amigo especial

Cães-guias vão muito além de ajudar na locomoção: eles mudam a vida dos deficientes visuais ao facilitar a inclusão social e elevar a auto-estima

Thais Assunção

“**S**eu cão acaba de salvar a sua vida.” A frase, que chegou ao deficiente visual pelo fone de ouvido, emocionou a todos – até aos treinadores, com fama de serem durões. Foi numa estação de metrô, durante um treinamento para deficientes visuais se ajustarem a seus cães-guia. Para que os cegos se habituem com as dificuldades e obstáculos do dia a dia, a equipe de treinadores acompanha o deficiente à distância, comunicando-se pelo fone – uma espécie de ponto.

Quem dá o primeiro passo é o cão, nunca o cego. Mas, como era leigo no assunto e estava ansioso, insistindo em vão para que o cachorro fosse adiante, o deficiente andou. A reação do cão foi imediata: posicionou-se na frente do cego, impedindo-o de se mover. Assim defendeu a vida do dono, prestes a ultrapassar a linha amarela que demarca a zona de segurança próxima aos trilhos do metrô.

“Foi uma grande surpresa para nós, porque os cachorros não são treinados para fazer isso. Eles são ensinados apenas a andar lado a lado com o deficiente. Mas aquele cão viu que o dono ia ultrapassar a linha amarela e poderia cair nos trilhos”, conta Michele Boptker, coordenadora do Projeto Cão-Guia, coordenado pela ONG Integra, que presta assistência a deficientes visuais e à população carente.

“Nossos assistidos pediam ações que pudessem realmente melhorar alguma coisa na vida deles, então nós pesquisamos e chegamos à ideia do cão-guia. Conseguimos fazer uma parceria com os treinadores da Fundação Mira, no Canadá, para começar o trabalho e treinar os cães”, recorda Michele. Pioneiro no país, o Projeto Cão-Guia começou em 2002, com a inauguração de um centro de treinamento que funciona no Corpo de Bombeiros do DF.

Justino Bastos atravessa a rua com o labrador Klaus: mobilidade, segurança e inserção social

Benefícios sociais e profissionais

Quase todos consideram os cães grandes amigos e companheiros fieis. Mas, para os deficientes visuais, eles são muito mais que isso. Funcionários carinhosos, presentes 24 horas por dia, os cães-guia trabalham felizes, não reclamam e ainda se mostram capazes de mudar a realidade de seus donos, facilitando a tão sonhada liberdade de locomoção. “Muitos deficientes visuais vivem de bolsas oferecidas pelo governo, chegam aqui deprimidos, sem estímulo. Mas, quando recebem o cão, vejo que eles se sentem mais incluídos na sociedade, sua autoestima aumenta”, avalia Michele. “Muitos chegaram aqui sem amigos, sem namorada, e hoje estão se casando, cursando faculdade, passando em concursos públicos”, conta ela.

A melhoria da qualidade de vida dos deficientes visuais nasce não só do aumento da mobilidade e da segurança que o cão-guia proporciona, mas também do acesso ao estudo e à qualificação profissional para o mercado de trabalho, além de uma socialização muito maior, com a consequente elevação da auto-estima.

“Se eu chegar a qualquer lugar com bengala, as pessoas não se aproximam. Mas com o cachorro é diferente, todo mundo se interessa, acha bonito, engraçado, legal, e termina puxando conversa. Isso amplia a nossa inserção social”, afirma o servidor público Silvo Góis de Alcântara. Ele não esconde a admiração pela sua labrador Nana, companheira há um ano: “Ela é minha liberdade, a garantia do meu direito de ir e vir.”

Silvo teve outro cão-guia, Zircon, que o acompanhou desde 2002: “Hoje ele fica em casa, brincando e curtindo os dias



O servidor Silvo Góis com sua cadelinha Nana: “Ela é minha liberdade”

de aposentadoria”, relata. Portador de retinose pigmentar, uma doença que causa a degeneração progressiva dos fotorreceptores retinianos (células sensíveis à luz), Silvo conta que sua visão se reduziu drasticamente a partir dos 20 anos de idade: “Nunca enxerguei à noite; já nasci com retinose pigmentar, por isso sempre tive cegueira noturna. Mas, ao longo dos anos, a visão diurna também foi se reduzindo”, explica.

Silvo, porém, nunca se deixou aba-

ter. Servidor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), atualmente ele comemora a aprovação no concurso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), mas ainda está em dúvida sobre tomar posse no novo cargo ou continuar onde está. Ele afirma que o sucesso profissional e os obstáculos deixados para trás no dia a dia são reflexos do trabalho do seu cão-guia.

Voluntários nadam contra a maré

Silvo lamenta as dificuldades que o Projeto Cão-Guia enfrenta hoje: “Esse trabalho merece mais atenção por parte da sociedade e do governo”, afirma. A falta de patrocínio faz com que o projeto caminhe a passos lentos, como conta a coordenadora Michele Boptker: “A falta de uma entidade financiadora é um ponto que dificulta muito o nosso trabalho”, diz.

O projeto tem parceria com o Corpo de Bombeiros do DF, o Hospital Veterinário da UnB, que disponibiliza o centro cirúrgico para os cães, duas clínicas veterinárias e uma pet shop, que fornece a ração. “Mas não temos apoio para as contas mensais de água, luz, telefone e combustível, e por isso temos passado por muitas dificuldades há quatro anos”, lamenta Michele.

Com apoio financeiro e uma equipe fixa, seria possível entregar até 25 cães-guias por ano, mas hoje o proje-

to consegue preparar apenas de quatro a seis cães anualmente. Michele conta que atualmente só ela e outro funcionário estão trabalhando, como voluntários, e ela teme ter que abandonar o sonho: “Já fazem três anos e meio que sou voluntária e estou aqui todos os dias, de manhã e à tarde. Meu marido me ajuda e acredita no meu trabalho. Não tenho nenhum deficiente visual na família, faço isso por amor”, conta.

A meta do projeto é beneficiar a todos os deficientes visuais que possam se adaptar a um cão-guia. Mas não é qualquer cão que pode cumprir esse papel. Mesmo entre indivíduos da mesma raça – os labradores, escolhidos por serem animais extremamente inteligentes e mansos – há um processo minucioso para a seleção dos cães ideais.

“O processo é bem complexo. Co-

meça, na verdade, antes mesmo do nascimento dos cães, nas matrizes onde nós temos a qualidade genética”, explica Michele. “Após a cruzada, com dois meses de nascidos os filhotes são avaliados, para termos uma noção do perfil deles. De acordo com o perfil nós os encaminhamos à família hospedeira, que é responsável pela socialização dos cães”, continua a coordenadora.

Durante um ano o jovem labrador vive com uma família provisória, onde cumpre uma rotina de saídas diárias para andar de ônibus e metrô, passear no shopping, ir a restaurantes, acompanhar os donos ao teatro, cinema e shows. “É importante que o animal se habitue a todos esses ambientes”, diz Michele.

Durante todo esse processo de socialização o Projeto Cão-guia acompanha o desenvolvimento dos filhotes, fornece alimentação, medicação e assistência veterinária. “Depois de um ano os cães são devolvidos ao projeto e passam por uma série de exames, para avaliação da parte clínica e psicológica”, afirma Michele. Em seguida começam as “aulas”, com treinadores formados no Corpo de Bombeiros do DF. Todos eles visitam o Centro Mira, no Canadá, onde aprendem a técnica de adestramento de cães-guias.

CARÊNCIA

O treinamento do cão-guia demora pouco mais de

2 anos.

Com apoio financeiro e equipe fixa, o projeto poderia treinar até

25

cães por ano, mas hoje só entrega de 4 a 6.

Michele Boptker com Porsche, um dos cães em treinamento: falta uma entidade financiadora



FOTOS: CARLOS ALVES

“Um leão por dia”

Justino Pereira Bastos, presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais, é o que pode se chamar de uma pessoa hiperativa. Além de cuidar de seus três cães (dois “domésticos” e Klaus, seu fiel cão-guia) ele ainda está hospedando Zeus, Labrador do Projeto Cão-Guia em processo de socialização.

“Não estou fazendo isso por mim; penso em ajudar o próximo, quero que outros deficientes visuais também tenham o benefício de um cão-guia. Por isso estou com quatro cachorros em casa”, afirma.

Klaus é agitado e por isso fica na coleira durante as horas em que Justino trabalha na Associação. “Se ficar solto ele vai sair para brincar e talvez ainda tente fugir”, explica. Com Zeus Justino enfrenta as dificuldades de um cachorro que ainda não se habituou à rotina diária de um ser humano. “Quando fui pegar um ônibus com ele pela primeira vez, ele não entrou de jeito nenhum. Tive que pegá-lo no colo para subir. Na escada rolante foi

a mesma coisa: lá fui eu com o cachorro nos braços”, recorda, rindo.

Justino sofreu um processo muito rápido de perda de visão, em apenas uma semana. Hoje ele só percebe algumas luzes e imagens embarçadas na área central do seu campo visual, o que permite ainda alguma mobilidade. Isso aconteceu em 2003; em 2004 ele conheceu o projeto Cão-Guia e, em dezembro de 2006, recebeu Klaus.

Justino acredita que a sociedade precisa se conscientizar melhor sobre a realidade dos deficientes visuais, que hoje enfrentam muitas dificuldades. “Eles matam um leão por dia”, ressalta, mas mesmo assim fazem faculdade, passam em concursos públicos. “Nosso trabalho na Associação é voltado para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência visual. Realizamos congressos, seminários de conscientização, oferecemos alimentação e também mantemos uma pequena fábrica de vassouras”, explica.

Tal cão, tal dono

Além do processo de socialização e de treinamento, a personalidade dos cães também pesa na balança, na hora de ser destinado a um deficiente visual. Isso porque o cachorro e o dono precisam ter perfis compatíveis, para serem bons companheiros de trabalho.

“Se o cachorro for agitado e o dono for mais lento, a caminhada em conjunto pode ser complicada. O mesmo acontece se se tratar de um animal tranquilo e um dono agitado. Então nós procuramos reunir perfis semelhantes, e também convidamos os deficientes visuais para participar do treina-

mento”, explica Michele.

O período de adaptação do deficiente visual ao uso do cão-guia dura de 15 a 25 dias, dependendo do desenvolvimento da turma, do tipo de curso e da capacidade de aprendizado do deficiente, que permanece hospedado no Projeto Cão-guia em período integral. Os cachorros trabalham em média de oito a dez anos. Mas Michele conta que esse período pode ser menor ou até maior, dependendo do cão: “Temos uma cadela que já está há nove anos trabalhando, embora os irmãos da mesma ninhada já estejam todos aposentados.”



Ernandes chega ao TRF guiado por Atlas: “Tenho um sentimento de irmão por ele”



Companheiro de trabalho

Marcos Vinicius Ribeiro, diretor do Núcleo de Apoio à Coordenação do Juizado Especial do DF, conta que aprendeu muito com a convivência com um deficiente visual. Ele é o atual chefe de Ernandes Alves Feitosa, que trabalha acompanhado pelo cão-guia Atlas.

“Eu mudei como pessoa, internamente, e a minha visão sobre os deficientes visuais também mudou. O Ernandes é muito competente, inteligente, estudioso e responsável. Acho que ele se encontrou aqui no nosso setor”, comenta Marcos Vinicius.

Concursado, Ernandes passou primeiro pela biblioteca e depois pela área de informática, antes de chegar ao Juizado Especial do Tribunal Regional Federal (TRF), onde atende o público e faz petições iniciais. Com um software adaptado às suas necessidades, Ernandes dá conta do trabalho rapidamente. E o cão-guia Atlas não sai do seu lado. “Eu tenho um sentimento de irmão por ele, de família mesmo”, garante.

Ernandes perdeu a visão por causa de uma toxoplasmose adquirida pela mãe durante a gravidez. Em novembro de 2004 foi selecionado no Projeto Cão-guia e recebeu Atlas. Ele contou com o apoio do tribunal, que o liberou durante os 25 dias necessários ao treinamento oferecido pelo Projeto.

O Atlas já tem sete anos. Quando o animal fica velho e se “aposenta”, o dono tem a opção de devolvê-lo ao Projeto. Mas Ernandes nem pensa em fazer isso: “Eu jamais o deixaria. Ele vai se aposentar e ficar na minha casa.”

CARLOS ALVES

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 95 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Servidor on the road

Thais Assunção

No TRF ele trabalha de terno e gravata, mas quando sai do tribunal o figurino é outro: de casaco de couro, bandana e capacete, Glaucio Braga Assis sobe em sua moto e ganha mundo. “De carro você vê a paisagem pela janela, mas de moto você faz parte da paisagem”, diz o técnico judiciário. Ele conta que sempre gostou de viajar; as primeiras aventuras foram de mochila pela Europa, com o irmão.

Mas a moto não rende somente aventuras; também é fonte de inspiração para a poesia, há mais de dez anos. Glaucio comemora agora o lançamento do seu segundo livro, *De homens, de motos e os poemas do fim do mundo*, onde conta a história de G. Gaitero, seu pseudônimo, em uma viagem de moto pela América do Sul. Inspiração não faltou, pois a viagem incluiu uma conquista importante: chegar a Ushuaia, a cidade mais ao sul do planeta, conhecida como o “fim do mundo”.

“No final de 2008 fiz a minha mais longa viagem de moto, para o Uruguai, a Argentina e o Chile. Mas o mais importante foi chegar a Ushuaia, a última cidade do continente, a que fica mais próxima da Antártida, no extremo sul da Argentina. A cidade virou uma rota de peregrinação de motoqueiros aventureiros. Encontrei alemães, americanos, japoneses, gente do mundo inteiro. A capa do livro mostra a placa Rutas Argentinas nº 3, a estrada onde se vai mais longe na América do Sul”, relata.

Glaucio conta que todos os motoquei-



CARLOS ALVES

ros que participam de motoclubes têm apelido. Ele é "Gaitero" por conta de sua gaita. "Fico feliz por ter um apelido até carinhoso, pois conheço alguns que chegam a ser piadas", diz. Ele mostra com orgulho a jaqueta de couro com as conquistas realizadas em dez anos de moto, com a marca do clube Águia Solitária e o bordado da estrada Rutas nº 3.

"Meu livro é uma narrativa com poemas dentro. São dois amigos. Um está fazendo uma viagem e leva o li-

vro que o outro escreveu para ele, com poemas e histórias de motos. Ele vai lendo esses poemas até o fim do mundo, Ushuaia, o fim da linha", explica.

A primeira viagem de moto que Glaucio fez foi para Guarapari, sozinho. Depois ele entrou no Águia Solitária, "mas nem sempre viajo com o motoclube, as vezes, ainda vou sozinho", conta. Para Ushuaia ele foi com outros quatro motociclistas.

O aventureiro servidor tem muitos planos para o futuro próximo: "Vou

lançar um projeto de literatura estrangeira – visitar as principais capitais e feiras literárias do país levando livros de colegas motoqueiros. É aquela coisa dos *roads books* difundida na cultura americana, mas ainda não se firmou no Brasil", comenta.

Outro projeto é concluir a Rota 66, nos Estados Unidos, em 2012. E em 2013 ele pretende conhecer "a parte norte da América do Sul, saindo de Brasília por Mato Grosso, entrando na Amazônia e indo até a Venezuela".



Sushi com banana

Poeta brasileiro mistura a loquacidade extrovertida da trova brasileira com o minimalismo intimista do haikai japonês

Antônio Carlos Queiroz (ACQ)

Há dez anos o poeta Luiz Martins compõe o que chama de haiquadras, uma experiência que mistura formas poéticas do Ocidente e do Oriente. Uma combinação de algo como banana com sushi, a partir do cruzamento do haikai com a quadra, “a nossa trovinha espirituosa, loquaz, extrovertida, coloquial e convivencial”, como explica Luiz, jornalista e professor da UnB.

Ele me convidou para comentar suas haiquadras porque sabia que eu componho haicais. Mas eu não tinha ideia do que ele entende exatamente como haikai. Será que leva em

consideração a originalíssima forma criada por Guilherme de Almeida nos anos 30 e 40, que contém um título, que rima o primeiro com o terceiro verso, e que também rima a primeira com a última palavra do segundo verso? Será que ele chama de haicais os poeminhos zen de Paulo Leminski, as experiências concretistas de Paulo Xisto e as tercetos com sacações do Millôr Fernandes? Ou será que reserva essa classificação para a forma poética hoje cultivada na colô-

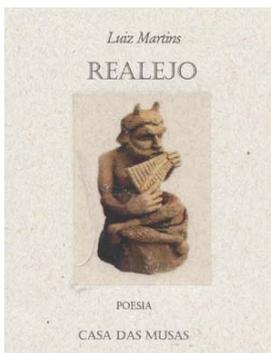
nia japonesa e adjacências, com a obrigatória presença do kigô, o marcador das estações do ano?

Aprendiz quase ignorante, entendo algo de haikai porque acompanho o trabalho de uma autoridade reconhecida na matéria, o professor Paulo Franchetti, da *Oeste*, traduzido para o japonês pelo mestre haicaísta H. Masuda Goga, Franchetti afirma que o haikai não é, como muitos acham, uma síntese. Seria, “antes, uma recusa a dizer com muitas palavras”. “O haikai diz muito, mas o faz por meio do vazio que fica entre os dois elementos justapostos ou entre o que é dito concretamente o que poderia ser dito, o que fica apenas como pano de fundo ou silêncio voluntário”, explica o professor.

Segundo Franchetti, a modéstia e o despojamento são valores centrais do haikai, que “não se satisfaz na exibição de virtuosidade técnica ou capacidade de associação brilhante”: “Pelo contrário, é um texto que se limita voluntariamente a apenas situar uma dada percepção sensória, objetiva, num campo maior de referências (objetivas ou subjetivas) onde ela ganhe sentido e componha um quadro único; um texto que traz para o leitor a presentificação de um instante como algo inacabado, aberto, um esboço ou um diagrama do choque entre a sensação fu-

“ Já amanhece,
Na beira do cais.
Seguem as aves,
Orações matinais. ”

(Luiz Martins)





Leituras, releituras e comentários

No livro *Realejo*, com 49 haiquadradas de Luiz Martins, o primeiro elemento que me chamou a atenção foi a presença de títulos. Eles costumam restringir (ou dirigir) o sentido dos poemas. Haicais tradicionais não têm títulos e por isso ficam mais abertos ao entendimento do leitor. Também não costumam ter rimas, elementos que contribuem para circunscrever sentidos.

Depois de ler as primeiras haiquadradas, descortinei uma solução para o desafio de comentá-los: fazer os comentários na forma de haicais! Afinal, “não

é outro poema a melhor crítica de um poema”, como disse o músico e poeta John Cage? Mas como fazer isso? Das duas uma: ou enxugando as haiquadradas (pressupondo que elas contenham haicais no seu interior) ou delas tirando pelo menos a inspiração para compor haicais.

Pondo mãos à obra, deparei-me com a haiquadra intitulada *Intervalo*:

Operários,
Após o almoço,
Primeiro, baralho;
Depois dominó.

Percebi que era possível fazer aqui um simples enxugamento. Apenas troquei a palavra “operários” por “peões” para reduzir a quadrinha às três linhas do haikai, sem, porém, respeitar o tradicional número de cinco sílabas na primeira linha, sete na segunda e cinco na terceira dos haicais (formalidade que, aliás, não tem grande relevância):

Peões após o almoço –
Primeiro, baralho;
Depois dominó.

A meu juízo, o terceto ficou com jeito e sabor de haikai, ainda que isento de um kigô, o marcador da estação do ano, podendo a cena ser testemunhada em qualquer época. Exercício semelhante fiz com a haiquadra *Nascente*:

Chuva caindo
Telhado abaixo.
O mar começa
No meu riacho.

Chama a atenção o jogo conferido à quadrinha pelas rimas “abaixo” e “riacho”, em que o autor, pe-remp-tório, afirma que o mar começa na porta de sua casa. O sabor presente no haikai derivado é de outra natureza, proporcionado pelo choque da imensidão do oceano:

Olhando da praia
Nem parece que esse mar
Nasce no meu riacho

Um exercício diferente foi feito com a haiquadra *Aurora*, título que, na minha opinião, é redundante, nesse caso não contribuindo para expandir nem para restringir o sentido do poema:

Já amanhece,
Na beira do cais.
Seguem as aves,
Orações matinais.

O quadro é a contemplação do mar ao amanhecer com um vôo de pássaros e orações. Talvez o movimento das aves seja a própria oração. De maneira subjetiva, o autor indica os sentidos da quadrinha. Em princípio, essa atitude (que denota um juízo categórico) é estranha ao espírito do haikai, mais objetivo e avesso às metáforas, e no qual prevalece o chamado juízo tético, em que a realidade acontece à vista do haicaísta e é por ele descrita de maneira objetiva. Tomando alguns elementos da quadrinha como tema,

compus o haikai seguinte, que dialoga com a quadrinha, mas tem sentido muito mais aberto:

De manhã, seis garças
Pousam no campanário –
Uma fica no cais

Tratamento parecido foi dado à haiquadra *Providência*, título que obviamente circunscreve a sua leitura a uma alegre cena doméstica:

Um velho tronco
É toda mobília.
Sonoros besouros
E suas famílias.

O haikai daí tirado, de sentido mais aberto, coteja duas situações diferentes:

No velho tronco
Besouros em profusão –
Um sabiá observa

Na haiquadra *Infinitude*, o autor brinca tanto com as rimas como com a reiteração “bem perto” e “do meu lado”, e ressalta, à guisa de kigô, o uso da palavra estio:

Tempo de estio,
Noite estrelada.
O céu bem perto,
Aqui, do meu lado.

Com o mesmo tema, saiu o seguinte haikai, mais econômico e objetivo:

Tempo de seca –
O céu cheio de estrelas
Quase toca o chão

Simulacros é uma haiquadra cuja graça é sublinhada por dois conjuntos de rimas no arranjo abba:

Imóvel no jardim,
Parecia a garça,
Com muita graça,
De gesso ou marfim.

O haikai derivado de *Simulacros* também é bem-humorado, mas por outro motivo:

Uma garça pousa
Perto de outra no jardim –
Essa é de gesso

Em *Marina*, o autor compõe um quadro impressionista com os elementos tradicionais da beira-mar e, de novo, faz graça com o jogo de rimas, desta vez no arranjo abab:

Primeiros raios,
Mar, céu, montes.
Barquinho solitário,
Linha do horizonte.

O haikai extraído ficou muito parecido com o original, mas o tom de humor sai não de um jogo de palavras, mas do choque dos elementos presentes e um ausente:

Primeiros raios,
O mar, o céu, os montes –
Só falta um barquinho

Os *Pioneiros* de Brasília é o tema de outra haiquadra impressionista, com certo sabor de haikai e até kigô:

Álbum, família.
No tempo do barro,
A cidade marrom,
Sonhos em sépia.

No formato de haikai, mais enxuto, o quadro ficou assim:

Fotos em sépia –
Brasília tinha essa cor
No tempo do barro

Borrões descreve uma comunidade cigana:

Crepúsculo, matizes.
Acampamento cigano.
Crianças felizes,
Cavalos e estrumes.

De novo, bastou um enxugamento e o acréscimo de certa ironia:



“ *Chuva caindo
Telhado abaixo.
O mar começa
No meu riacho.* ”

(Luiz Martins)

Crianças brincando
no acampamento cigano –
Um cavalo caga

Baú trata de reminiscências, evocadas quase que de maneira hierárquica, assinaladas pelas rimas abab, com pouco sabor de haicai:

Vasta memória,
Ingênuos remorsos.
Hoje, história,
Arquivos mortos.

Insuflando no quadro o espírito
do haicai, o resultado tem graça:

Algumas lembranças
Se vão, mas depois voltam –
Ah! Traças preguiçosas!

A haiquadra seguinte, decupada de um encadeamento com outras cinco (Minicrônicas pra Conceição), tem sabor de haicai, sem dúvida. Nela, porém, sobressaem muito mais os jogos de palavras, presentes nas rimas internas “tanto/cantando”, nas externas “ouvir/bem-te-vi” e “cor/coro”, e nas construções castiças “os ouvir” e “os sei”, que lhe dão o gosto clássico da trova:

De tanto os ouvir
(Sabiá e Bem-te-vi)
Já os sei de cor,
Cantando no coro.

Muito mais comedido ficou o
haicai daí extraído:

De tanto ouvir
Já decorei as melodias
Do sabiá da quadra

O que se pode concluir desses exercícios? Que as haiquadradas de Luiz Martins são construções muito vivas. Ligadas à tradição que herdamos principalmente dos trovadores portugueses, elas se enriquecem com a mistura dos poematos de origem japonesa, que tão bem se aclimataram no Brasil, nas suas diversas vertentes.



“ Eu espero que os servidores consigam mudar a realidade. ”

Wesley Azevedo Santos

“ Temos que mobilizar toda a categoria e mostrar a nossa força. ”

Antônio Vieira da Silva

“ Não ganhamos nada de graça, temos que lutar. ”

Joaneide Ferreira da Silva Ramos

“ O caminho é a tentativa de diálogo e, se não for possível, é greve mesmo. ”

Thawyo Rosenthal

“ É preciso união para que a mobilização seja efetiva. Temos que pensar em conjunto. ”

Daniela Pires Cardoso

PCCR

Uma luta de todos nós